

Editorial

Mauro FRANCO NETO¹

Em seu quarto número, a *Revista Histórias Públicas* conquista algo que já anunciara em seu texto “Sobre a revista”, no fato da sua aparição, em 2022: “o periódico proposto constituirá um espaço para debater experiências e práticas exitosas no campo da História Pública. É pertinente mencionar que o periódico não se limitará a este tema, estando aberto também a outros “domínios da história”, mas servirá de plataforma efetiva ao debate e à concretização do crescente campo da História Pública no Brasil.” Assim, neste número, a RHP traz o dossiê “Experiências e práticas de História Pública”, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida (UFF) e Mauro Franco Neto (UEMG), composto por dez artigos, uma resenha e uma entrevista que discutem as várias faces da história pública e as possibilidades abertas pela ampliação desse campo no Brasil nos últimos anos.

Para uma compreensão introdutória da ampliação deste campo e do que nos motiva na proposição do dossiê, podemos recorrer às palavras do historiador francês François Hartog (2020), publicadas no original já há uma década, quando associou o desenvolvimento da *Public History* na América do Norte à emergência de uma nova figuração do ofício do historiador, ocupando agora um papel de testemunho do “interesse geral” e tomando parte de uma agenda que pleitearia a memória como direito, dever e arma. A mudança é ampla e foi observada por diversos historiadores, ganhando forma nos apelos cada vez mais presentes pelo “dever de memória”. Memória que,

¹ Editor-chefe da Revista Histórias Públicas. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). UEMG. Divinópolis. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5473-8436> E-mail: mauro.neto@uemg.br

ainda segundo Hartog, faria parte, juntamente de outros conceitos como comemoração, patrimônio, identidade, reparação etc., de uma mudança das formas de historicização da realidade nas últimas décadas, com a emergência do “presente” e do “público” como suas categorias definidoras.

Ainda sobre as condições de possibilidade da História Pública no presente, caberia questionar se o diagnóstico de “crise” de Hartog, vendo talvez no “momento-memória” uma *“memoria magistra vitae”* – a usurpação do antigo papel da História – não revelaria, na verdade, uma intensa politização das condições de possibilidade do conhecimento histórico produzido pela disciplina historiográfica, reconhecendo que seus pressupostos e compreensões, muitas das vezes naturalizados, também foram ensejados numa situação específica e podem ser redimensionados a partir de novos acordos e expectativas do espaço público contemporâneo.

Reconhecido o caráter situacional da historiografia acadêmica, como tratar leigos e praticantes de outras disciplinas que lembram ou buscam usar o passado como espaço de experiência que embasa julgamentos e decisões da vida cotidiana? Foi o que se questionou Hayden White (2018), quando propôs a distinção entre passado prático e passado histórico, como forma de compreender a permanência de um interesse represado pelo conhecimento histórico que a disciplina historiográfica julgou não lhe interessar e foi particularmente bem explorado pelo romance realista moderno.

É para a percepção desses distintos públicos da história que Fernando Nicolazzi (2019) chamou a atenção, quando sugeriu que, para a realidade contemporânea, haveria três regimes historiográficos: acadêmico, escolar e de circulação ampla. Em cada um desses a história é escrita, narrada e difundida segundo regras e protocolos distintos, sobretudo de acordo com demandas, modos de difusão e formas de recepção que são diferentes. Assim, a questão fundamental seria perceber como essas variadas formas de escrita são lidas e recebidas. Toda produção de história, portanto, traz no seu cerne também a produção de um público e de expectativas para essa história.

Para além dessa dimensão teórica elementar que enseja a ampliação do campo da história pública, haveria uma dimensão política que, no nosso contexto brasileiro vem exercendo pressão nesse chamado aos historiadores para enfrentarem o desafio público do conhecimento histórico: a exploração por parte de franquias do mercado que

tem a história como negócio e entretenimento (Malerba, 2014) e, em alguns casos, a exploração por parte dessas franquias de discursos de ódio e de guerra cultural através de usos do passado que distorcem e omitem fatos à medida da sua conveniência e eficácia política. (Nicolazzi, 2023).

Seja como for, o campo da história pública no Brasil, em meio à sua diversidade de experiências e práticas que o dossiê apresentado neste número pretende trazer, sempre teve como fator distintivo, como afirmou Ricardo Santhiago (2018), a tentativa de despertar um processo de autorreflexão por parte do pesquisador – rever princípios e práticas de pesquisa, sendo aqui, para além de um conjunto de práticas ainda em construção, uma categoria deflagradora de um exercício de retrospectiva sobre as formas de produção e circulação do conhecimento histórico. É a partir deste binômio das práticas e da autorreflexão que o dossiê que aqui apresentamos pretende contribuir para este campo no Brasil que ainda traz o fôlego da juventude, afinal seu primeiro evento temático no país data de 2011, mas também a maturidade de enfrentar debates centrais para a longa historiografia brasileira.

Ainda neste quarto número da *Revista Histórias Públicas*, apresentamos um segundo dossiê, retomando questões que foram pontuadas em nosso editorial anterior, referente ao terceiro número da revista. Ali, falávamos dos desafios pautados pela greve dos docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) relativos às suas condições de trabalho, financiamento e expansão. Valendo-se dessas questões e também de duas efemérides importantes, os 35 anos (completados em 2024) da criação da Universidade e os 10 anos (completados em 2023) da estadualização de diversas faculdades privadas que garantiram a sua expansão pelo Estado de Minas Gerais, o professor Tiago Aparecido da Silva reuniu no dossiê “UEMG 35 anos: desafios e possibilidades” contribuições decisivas para pensar o passado, o presente e o futuro da Universidade.

O convite à leitura deste número da *Revista Histórias Públicas* vem acompanhado do agradecimento a quem tornou este número possível: Ana Paula Silva Santana, Douglas Souza Angeli, Glauber Miranda Florindo, Janaína de Almeida Teles, Thiago Fidélis, Ygor Klain Belchior (membros da equipe editorial) e Sofia de Almeida Piassi Dias (secretária executiva). Agradecemos ainda, é claro, todos os pareceristas que

colaboraram de maneira direta para a qualidade da edição atual. À professora Juniele Rabêlo de Almeida, ao professor Tiago Aparecido da Silva e a todos os autores e autoras, um agradecimento especial pela excelência e disponibilidade de suas contribuições.

Boa leitura!

Bibliografia

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.15, p.27-50, ago. 2014.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

NICOLAZZI, Fernando. Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo. *Passés futurs*, v. 13, 2023.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

WHITE, Hayden. O passado prático. *ArtCultura*, 20(37), 9–19. 2018.